

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Indígenas invadem Confederação da Agricultura em protesto pela PEC 215. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 03/10/2013	3
Criticada pelos tucanos, Dilma distribui máquinas no Paraná. Roberta Scrivano e Tatiana Farah – O Globo, País. 04/10/2013	3
Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo se reúne em Minas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/10/2013	4
Acusado por chacina de Unai filia-se ao PMDB e sairá candidato a deputado estadual – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/10/2013.....	5
Promotor pede condenação por chacina de Felisburgo (MG) e defende fim do "coronelismo". Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 10/10/2013.....	6
Fazendeiro é condenado a 115 anos por chacina de sem-terra em Minas. Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 11/10/2013.....	6
PTB, PMDB e PSD são os partidos que mais receberam dinheiro de escravocratas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 14/10/2013	8
Mais dez anos de expansão para o campo. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 16/10/2013	10
Brasil fica entre 100 piores em ranking de escravidão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/10/2013	10
Conferência avança na definição de prioridades para promoção da agricultura familiar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013.....	12
Incra/PI discute governança fundiária com consultor do Banco Mundial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013	13
RS: Pães e bolachas para merenda escolar ampliam renda de famílias assentadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013 ..	14

Indígenas invadem Confederação da Agricultura em protesto pela PEC 215. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 03/10/2013

BRASÍLIA - Um grupo de cerca de 500 indígenas invadiu o prédio da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), nesta quinta-feira, 3. A ocupação faz parte de uma série de manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso a prerrogativa de delimitar terras indígenas.

A movimentação por parte dos índios começou na quarta, 2, em diversas partes do Brasil. Em São Paulo, houve pichações a monumentos e em Brasília a interdição da Esplanada dos Ministérios. O movimento já conseguiu uma importante vitória, que foi a postergação da instalação da Comissão Especial para discutir a PEC 215.

Criticada pelos tucanos, Dilma distribui máquinas no Paraná. Roberta Scrivano e Tatiana Farah – O Globo, País. 04/10/2013

Presidente participou de evento com a ministra Gleisi Hoffmann, pré-candidata do PT ao governo do estado

SÃO PAULO - Uma semana depois de ser acusada pelo pré-candidato Aécio Neves (PSDB) de discriminar o Paraná por ser governado um tucano, a presidente Dilma Rousseff distribuiu máquinas e caminhões a 154 prefeitos do estado. Durante cerimônia em Campo Mourão, no interior paranaense, Dilma elogiou a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, provável candidata petista à sucessão estadual, que ouviu brados de “governadora” por parte da claqué aliada. Sobre Gleisi Hoffman, Dilma falou:

— Falaram aqui que ela é minha mão direita. Ela é minha mão direita, minha mão esquerda. São várias mãos.

A presidente aproveitou a visita ao Paraná para rebater as críticas tucanas, dizendo não querer saber qual o partido dos governantes.

— As pessoas, os partidos podem disputar a eleição e fazer campanha eleitoral. Até em alguns momentos da campanha eleitoral o clima esquenta, as pessoas se emocionam. Eu fui eleita para ser presidenta de todos os brasileiros, não dos brasileiros do meu partido, ou dos brasileiros do meu time de futebol, ou da minha crença religiosa — disse Dilma, em entrevista a rádios locais ao desembarcar no aeroporto de Maringá, a 90 quilômetros de Campo Mourão:

— Eu tenho convicção de que o Brasil avançou muito porque, desde o Lula, nós viemos com uma política que nós não fazemos a menor distinção, não perguntamos de que partido é o governador, o prefeito ou quem quer que seja.

Na semana passada, em visita a Curitiba, Aécio afirmou que o governo federal discrimina o Paraná por conta do governador Beto Richa, que é tucano.

— Não é digno, não é correto, não é aceitável que o Paraná continue, por exemplo, tendo tantas dificuldades para obter os empréstimos internacionais, enquanto outros

estados, inclusive com situação fiscal muito mais grave que a do Paraná, não tem tido os mesmos obstáculos — discursou o senador.

Pré-candidato à reeleição, Beto Richa foi um dos poucos nomes da oposição durante a cerimônia, quando Dilma assinou ordens de serviço para a pavimentação de duas rodovias um acordo de investimento de R\$ 500 milhões para a construção de armazéns pela Coamo, cooperativa voltada para o agronegócio.

— Fomos eleitos para trabalhar de forma digna, sem picuinhas e sem demagogia. Quem paga a conta mais cara dessa divergência político-partidária é o povo mais carente — disse Richa.

Durante o discurso, ao saudar o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, Dilma ouviu vaias para o ministro, por parte de funcionários dos Correios. Dilma brincou:

— Vou tentar pedir que vocês não vão o Paulo Bernardo. Então vocês não me vão, não, hein? Sabe por que estou pedindo? Sei que a vaia é uma manifestação, mas estamos em um momento de confraternização.

A cerimônia reuniu a cúpula petista paranaense. Além do casal Gleisi e Paulo Bernardo, o presidente em exercício da Câmara, André Vargas (PT), e o deputado Zeca Dirceu, filho do ex-ministro José Dirceu, participaram do evento.

Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo se reúne em Minas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/10/2013

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo realiza reuniões durante esta semana em Belo Horizonte (MG) para discutir conflitos agrários com movimentos sociais, Incra/MG e Ministério Público.

A reunião desta terça (08), ocorreu na superintendência do Incra em Minas Gerais. Nos outros dias, até sexta-feira (11), as reuniões serão realizadas no auditório do Ministério Público Estadual e coordenadas pelo presidente da Comissão, o Ouvidor Agrário Nacional, Gercino da Silva Filho.

Na pauta do debate estão: conflitos pela regularização das comunidades quilombolas do Brejo dos Crioulos, Caraíbas de Maria da Cruz; o andamento das desapropriações para fins de Reforma Agrária de 18 fazendas; questões ambientais que dificultam a criação de assentamentos; denúncia de ocupações irregulares no assentamento Branca Moura em Comendador Gomes (MG); e a violação de direitos da comunidade indígena Xacriabá em Itacarambi (MG).

Além dos temas mencionados, será debatida, também, a situação do julgamento do acusado de mandar matar trabalhadores rurais na fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG). A sessão, de quinta-feira (10), do 1º Tribunal do Júri deve decidir sobre sua responsabilidade nos crimes cometidos em 2004.

Composta por representantes de órgãos oficiais que lidam com questões agrárias e de segmentos da sociedade organizada, a comissão foi criada com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragens.

Acusado por chacina de Unaí filia-se ao PMDB e sairá candidato a deputado estadual – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 10/10/2013

Ex-prefeito da cidade mineira é processado pela morte de quatro servidores do Ministério do Trabalho, assassinados em 2004, na emboscada que ficou conhecida como "Chacina de Unaí".

(Rede Brasil Atual e foto Agência Brasil)

O ex-prefeito de Unaí (MG) Antério Mânica filiou-se ao PMDB na última sexta-feira (4). Sem partido desde o final do ano passado, quando deixou o PSDB, ele confirmou que sairá candidato a deputado estadual no ano que vem. Mânica é um dos acusados de ser mandante na chamada chacina de Unaí, na região noroeste de Minas, em janeiro de 2004, quando três auditores-fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego foram mortos a tiros.

Ele disse ter sido convidado por “diversos” partidos e optou pelo PMDB “pelas condições locais”. Na semana passada, o jornal mineiro O Tempo publicou reportagem sobre a possível candidatura, fazendo com que a direção do partido em Minas Gerais divulgasse nota afirmando não ter “interesse” na filiação do ex-prefeito, que administrou Unaí de 2005 a 2012 – no ano passado, o candidato do PSDB, o vice-prefeito José Gomes Branquinho, foi derrotado por Delvito Alves, deputado do PTB.

Para Mânica, o julgamento do caso Unaí não terá reflexo na campanha. "Acredito que vai ser julgado muito antes do período eleitoral. O julgamento já era para ter ocorrido. Quem impediu foi a acusação", reagiu.

Dois dos acusados, entre eles o empresário Norberto Mânica, irmão de Antério, entraram com pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o julgamento seja realizado em Unaí e não em Belo Horizonte, como está previsto. A Primeira Turma do STF suspendeu a análise dos HCs após pedido de vista feito pelo ministro Dias Toffoli. Por enquanto, a votação está empatada – o relator, Marco Aurélio Mello, já se manifestou a favor do pedido, enquanto Rosa Weber votou contra. Faltam três votos.

Antério disse estar à espera da decisão, mas manifestou sua preferência por Unaí, até pelo noticiário considerado desfavorável na capital mineira sobre o episódio de 2004, que ele chama de "tragédia". "Infelizmente, o que a imprensa publicou sobre mim é praticamente zero de verdade. O que está no processo não é o que está na imprensa."

Três acusados de serem os executores foram julgados e condenados em agosto pela Justiça Federal de Minas Gerais.

Promotor pede condenação por chacina de Felisburgo (MG) e defende fim do "coronelismo". Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 10/10/2013

Responsável pela acusação no julgamento da chacina de Felisburgo (MG), que ocorre nesta quinta-feira (10) em Belo Horizonte, o promotor Christiano Gomes pediu aos jurados que condenem os réus Adriano Chafik, o fazendeiro, e Washington Silva, o capataz, e pediu ainda às quatro mulheres e três homens do júri que não permitam que o "coronelismo" continue no Brasil.

Gomes usou a frase "isso aqui é Brasil", dita pelo fazendeiro em seu interrogatório no julgamento, para criticar a ação dos "coronéis rurais", na expressão do promotor.

A declaração de Chafik foi feita ao juiz Glauco Fernandes quando ele justificava o fato de a sua família ter grilado terras devolutas (públicas mas sem uso pelo Estado).

Foi essa área de 568 hectares que os sem-terra ligados ao MST invadiram para reivindicar reforma agrária. Por causa disso, diz a acusação, Chafik contratou 14 homens para atacar e queimar todo o acampamento. Cinco sem-terra morreram baleados e outros 12 ficaram feridos, entre eles uma criança.

"Não podemos permitir nenhum tipo de injustiça e que o Brasil de hoje continue sendo o Brasil do coronelismo, pessoas que são donas de terras devolutas. É esse tipo de gente que está aqui hoje", afirmou o promotor.

Para ele, toda a ação de Chafik foi premeditada. Gomes e a assistência da Promotoria tentaram demonstrar que as declarações dos réus foram coordenadas e que nem sequer houve ferimento no peito do fazendeiro causado por uma foice de um sem-terra, como ele afirmou.

Apesar do ferimento, com sangramento, o fazendeiro disse que fez curativo em casa e em seguida viajou para São Paulo, onde se apresentou à polícia dias após o episódio, em 2004.

A defesa terá duas horas e meia para apresentar os argumentos e tentar convencer os jurados a não condenar os réus pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio, incêndio e formação de quadrilha.

Outros 12 réus ainda serão julgados por esse mesmo crime.

Fazendeiro é condenado a 115 anos por chacina de sem-terra em Minas. Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 11/10/2013

O fazendeiro Adriano Chafik Luedy foi condenado na madrugada desta sexta-feira (11) a 115 anos de prisão pela chacina de Felisburgo (MG), em novembro de 2004. O juiz

Glauco Fernandes, do Tribunal do Júri de Belo Horizonte, começou a leitura da sentença à 1h59 e terminou às 2h24.

Chafik foi culpado pelo mando e participação no ataque ao acampamento Terra Prometida do MST que deixou cinco sem-terra mortos e outros 12 feridos.

Apesar da condenação, o fazendeiro deixou o Tribunal do Júri de Belo Horizonte em liberdade. Ao final da sentença, os 150 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que acompanharam o julgamento no plenário do tribunal aplaudiram a decisão, mas se mostraram inconformados com o fato dos réus continuarem em liberdade.

"Foi condenado, falta prender. Começou a se fazer justiça, mas para completar tem que prender e fazer a reforma agrária", disse Enio Bohnenberger, dirigente do MST.

O juiz disse que não concorda com a decisão mantê-los em liberdade, mas que respeita uma decisão neste sentido que ainda precisa ser julgada pelo do STJ (Superior Tribunal de Justiça). O mérito deste habeas corpus ainda não foi julgado.

Também foi condenado a 97 anos e seis meses de prisão o capataz Washington Agostinho da Silva, que há 22 anos trabalha para Chafik. Ele também ficará livre aguardando o julgamento dos recursos já apresentados pela defesa dos réus.

" A defesa está acatando, mas não está conformada com a sentença", disse o Sérgio Habib.

O Ministério Público, contudo, pediu a cassação do passaporte do fazendeiro, para tentar evitar eventual fuga. O juiz deve decidir até segunda-feira (14).

" A sentença foi muito justa e a pena foi bem adequada", disse o promotor Christiano Gomes que, contudo, considera haver "certa impunidade o fato dele poder recorrer da decisão em liberdade". Ele lembra que no caso do mensalão o Supremo manteve os réus em liberdade.

PROCESSO

Chafik ficou preso por pouco tempo até 2005, quando foi beneficiado por um habeas corpus do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em agosto passado, ele foi preso novamente, diante de manobras da sua defesa que adiou o julgamento pela terceira vez no ano.

Mais uma vez o STJ o livrou da prisão com um novo habeas corpus, medida que beneficiou também outros três réus, entre eles o capataz agora condenado.

O processo tem mais 12 réus que ainda irão a julgamento. Todos eles são acusados de homicídio, tentativa de homicídio, formação de quadrilha e incêndio.

Durante todo o processo, Chafik negou a premeditação do crime e disse que atirou para se defender dos ataques que sofrera dos sem-terra.

O MST invadiu uma área de 568 ha da fazenda Nova Alegria que foi considerada devoluta pela Justiça. A terra devoluta pertence ao Estado, embora sem uso público. Por esse motivo, o Incra demarcou as terras griladas pela família Chafik.

Questionado sobre essa apropriação indevida durante o julgamento, o fazendeiro disse ao juiz que as terras foram registradas em cartório “com o aval do Estado”. Depois ele completou: “Isso aqui é Brasil”. A frase de Chafik foi usada pela Promotoria para pedir o fim do “coronelismo”.

Foi durante a tramitação do processo do Estado contra Chafik que ocorreu o ataque ao acampamento. Além dos disparos de armas de fogo, 27 casas e a escola dos filhos dos sem terra foram incendiadas. Entre os feridos a bala estava uma criança, que perdeu um olho.

PTB, PMDB e PSD são os partidos que mais receberam dinheiro de escravocratas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 14/10/2013

Levantamento da Repórter Brasil revela os partidos e políticos que se beneficiaram com doações de empresas e pessoas incluídas na “lista suja” do trabalho escravo.

(Repórter Brasil)

A partir do cruzamento de dados do Cadastro de Empregadores flagrados com trabalho escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (mais conhecido como a “lista suja” do trabalho escravo) e as informações de doadores de campanhas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, organizadas pelo Portal Às Claras, a Repórter Brasil mapeou todos os candidatos e partidos beneficiados entre 2002 e 2012 por empresas e pessoas flagradas explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão. PTB e PMDB são os partidos que mais receberam dinheiro dos atuais integrantes da “lista suja” no período e o recém-criado PSD é o que mais recebeu dinheiro na eleição de 2012.

Ao todo, 77 empresas e empregadores flagrados explorando escravos que constam na lista atual fizeram doações a políticos, o que equivale a 16% dos 490 nomes. Eles movimentaram R\$ 9,6 milhões em doações, em valores corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O levantamento mostra que os quase R\$ 10 milhões se distribuem entre 23 partidos políticos, considerando as doações feitas aos seus candidatos ou diretamente às agremiações, através de seus diretórios regionais. Como a inclusão de um nome na “lista suja” demora em função do processo administrativo decorrente do flagrante, no qual quem foi autuado tem chance de se defender, e considerando que, em linhas gerais, as doações eleitorais são fruto de relações prolongadas e não pontuais, a Repórter Brasil incluiu mesmo doações feitas em pleitos anteriores à inclusão no cadastro. O levantamento informa as doações dos atuais integrantes da relação, e não de todos os que já passaram por ela.

Já o PMDB, segundo colocado entre os partidos que mais receberam de escravocratas, teve como beneficiárias 40 candidaturas ao longo dos dez anos estudados. O valor de R\$ 1,9 milhão contribuiu para que 12 prefeitos, seis vereadores e três deputados federais fossem eleitos. Somente o produtor rural José Essado Neto doou R\$ 1,6 milhão ao partido, que o abrigou por três pleitos até alcançar o cargo de suplente de deputado estadual em Goiás em 2010, quando declarou à Justiça Eleitoral ter R\$ 4,3 milhões em bens. Ele entrou na “lista suja” do trabalho escravo em dezembro de 2012, depois de ser flagrado superexplorando 181 pessoas.

Doações ocultas

No Brasil, a lei eleitoral exige que os candidatos prestem contas e deixem claro quem financiou suas campanhas. Deve ser discriminado, também, todo o montante que veio do próprio candidato – as chamadas “autodoações”. Dos R\$ 9,6 milhões gastos por escravocratas em campanhas eleitorais, R\$ 2,3 milhões – ou quase um quarto do total – vieram de 19 pessoas nessa situação, ou seja, políticos flagrados com trabalho escravo que doaram a si mesmos. O recurso, no entanto, dá margem para corrupção, permitindo que os pleiteantes a cargos eleitorais sejam financiados “por fora” e injetem o valor na campanha como se fosse proveniente do seu próprio bolso, ainda que não seja possível presumir que seja esse o caso dos políticos da relação.

Outro possível artifício para se ocultar a quais candidatos serão direcionadas os recursos é a doação aos diretórios partidários, como explica a reportagem de Sabrina Duran e Fabrício Muriana para o projeto Arquitetura da Gentrificação sobre a atuação da bancada empreiteira na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Por meio dessa modalidade, os valores são distribuídos pelo partido ao candidato, sem que o próprio partido tenha de prestar contas e informar de quem recebeu o dinheiro. Os integrantes da “lista suja” do trabalho escravo usaram esse expediente em 36 ocasiões diferentes, totalizando R\$ 1,3 milhão, valor cujo destino não é possível ser conhecido.

Escravocratas e ruralistas

Entre os que têm defendido publicamente proprietários de empresas e fazendas flagradas explorando trabalhadores em condições análogas às de escravos no Congresso Nacional estão integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, a chamada Bancada Ruralista. Os integrantes de tal frente pertencem a partidos que estão entre os que mais receberam dinheiro de escravocratas.

A votação na Câmara dos Deputados da PEC do Trabalho Escravo, que determina o confisco de propriedades em que for flagrado trabalho escravo e seu encaminhamento para reforma agrária ou uso social, é um exemplo de como o interesse dos dois grupos muitas vezes converge. Dos seis deputados federais em exercício na época da aprovação da proposta na Casa que foram financiados por escravocratas, três se ausentaram da votação, conforme é possível ver no quadro ao lado. Três votaram pela aprovação.

Em outros casos, tais associações também ficam evidentes, como no processo de flexibilização da legislação ambiental com a reforma do Código Florestal. A mudança, que diminuiu a proteção às florestas nativas e foi aprovada em abril de 2012, teve apoio dos seis partidos que mais se beneficiaram com doações de escravocratas e que, juntos, receberam R\$ 7,9 milhões, ou 82% do total.

Outras empresas

O levantamento levou em consideração a “lista suja” do trabalho escravo tal qual sua última atualização, de 17 de setembro, o que exclui empresas que forçaram suas saídas da relação através de liminar na Justiça, como a MRV, e outras que devem entrar em atualização futura, como a OAS.

Nos dois últimos anos, a MRV foi flagrada em quatro ocasiões diferentes – em Americana (SP), Bauru (SP), Curitiba (PR) e Contagem (MG) – explorando trabalhadores em condições análogas às de escravos. A empresa é uma das maiores construtoras do Minha Casa, Minha Vida, programa do governo federal de moradias populares instituído em 2009. Nas eleições de 2010 e 2012, a construtora doou um total de R\$ 4,8 milhões a candidatos e partidos políticos, em valores corrigidos pela inflação.

Já a OAS foi autuada no mês passado por escravizar 111 trabalhadores nas obras de ampliação do Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. Terceira empresa que mais fez doações a candidatos de cargos políticos entre 2002 e 2012, a empreiteira desembolsou R\$ 146,6 milhões (valor corrigido pela inflação) no período. A OAS também faz parte do consórcio que venceu a licitação para a concessão do Aeroporto de Guarulhos à iniciativa privada no ano passado.

Mais dez anos de expansão para o campo. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 16/10/2013

O ritmo de crescimento da produção e exportação de alimentos brasileiros vai diminuir nos próximos dez anos, mas ainda será mais acelerado que a média mundial em frentes importantes como grãos e carnes. No caso da soja, principal produto agrícola do país, a expansão de produção na década será de 3,9% ao ano, menor que os 5% da década passada, mas acima da expansão mundial prevista, de 2,4% ao ano. Projeções do "Outlook Fiesp 2023" indicam que a demanda externa deverá puxar a produção nacional de algodão, soja, celulose e açúcar. O mercado doméstico será o vetor de crescimento da produção de arroz, trigo, milho, café, lácteos, ovos, etanol e carnes.

Brasil fica entre 100 piores em ranking de escravidão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/10/2013

Sexta maior economia do mundo, o Brasil ainda está entre os cem países com os piores indicadores de trabalho escravo, segundo o primeiro Índice de Escravidão Global.

(BBC Brasil)

O Brasil ocupa o 94º lugar no índice de 162 países (com a Mauritânia no topo da lista, apontado como o pior caso). Trata-se da primeira edição do ranking, lançado pela Walk Free Foundation, ONG internacional que se coloca a missão de identificar países e empresas responsáveis pela escravidão moderna.

Um relatório que acompanha o índice elogia iniciativas do governo brasileiro contra o trabalho forçado, apesar do país ainda ter, segundo estimativas dos pesquisadores, cerca de 200 mil pessoas nesta condição.

Segundo o índice, 29 milhões de pessoas vivem em condição análoga à escravidão no mundo; são vítimas de trabalho forçado, tráfico humano, trabalho servil derivado de casamento ou dívida, exploração sexual e exploração infantil.

Nas Américas, Cuba (149º), Costa Rica (146º) e Panamá (145º) são os melhores colocados, à frente dos Estados Unidos (134º) e Canadá (144º), dois países destinos de tráfico humano. O Haiti ocupa o segundo pior lugar no ranking geral, sobretudo por causa da disseminada exploração de trabalho infantil.

O pesquisador-chefe do relatório, professor Kevin Bales, disse em nota que "leis existem, mas ainda faltam ferramentas, recursos e vontade política" para erradicar a escravidão moderna em muitas partes do mundo.

Brasil

No Brasil, o trabalho análogo à escravidão concentra-se sobretudo nas indústrias madeireira, carvoeira, de mineração, de construção civil e nas lavouras de cana, algodão e soja.

A exploração sexual, sobretudo o turismo sexual infantil no nordeste, também são campos sensíveis, segundo o relatório, que cita ainda a exploração da mão de obra de imigrantes bolivianos em oficinas de costura.

Através de informações compiladas de fontes diversas, os pesquisadores calcularam um percentual da população que vive nessas condições — foi assim que a ONG chegou à estimativa de que cerca de 200 mil brasileiros são vítimas da escravidão moderna. Apesar do quadro ainda preocupante, as ações do governo brasileiro contra o trabalho escravo são consideradas "exemplares".

A ONG elogia ainda o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e o Plano Nacional contra o Tráfico Humano, além da chamada "lista suja do trabalho escravo" do Ministério do Trabalho, que expõe empresas que usam mão de obra irregular.

O relatório recomenda a aprovação da PEC do trabalho escravo, em tramitação no Senado, que prevê a expropriação de propriedades que exploram trabalho forçado.

Recomenda ainda que a "lista suja do trabalho escravo" seja incorporada à lei e que as penas para quem for condenado por exploração sejam aumentadas.

**Conferência avança na definição de prioridades para promoção da agricultura familiar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
17/10/2013**

A 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário chega na reta final. Neste terceiro e penúltimo dia, os 1,2 mil delegados se reuniram para definir as 100 propostas que vão compor o documento final que subsidiará as políticas públicas para campo nos próximos anos. "O desafio desta tarde foi priorizar propostas que são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar", explicou o coordenador da Conferência e secretário-executivo do conselho nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Roberto Nascimento.

Os principais temas abordados, nesta quarta-feira (16), foram desenvolvimento rural, fortalecimento da reforma agrária, acesso à assistência técnica e incentivo à agroecologia. Quatro eixos principais organizaram os debates.

No eixo desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar, que definiu 30 propostas para o documento final, os destaques foram as propostas de aperfeiçoamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Para a delegada da sociedade civil de Rondônia, Creonice Vilarin, a discussão abordou uma série de questões estruturantes relacionadas a mudanças no modelo de produção, agregação de valor e assistência técnica. "Tudo isso é extremamente importante na elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ainda mais porque essas discussões vieram da base e representam os sonhos e desejos de milhares de pessoas," avaliou a agricultora.

Acesso à terra e aos recursos naturais

Nas discussões do eixo reforma agrária e acesso à terra, onde foram aprovadas 25 proposições, o foco foi o fortalecimento e a democratização dos mecanismos de acesso à terra que devem contemplar os diferentes públicos da agricultura familiar. Propostas de aprimoramento de políticas, como o do Crédito Fundiário, tiveram como foco a juventude e as mulheres. Já as que definem questões ligadas à regularização fundiária, contemplaram a inclusão de povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Nilson José dos Santos, jovem quilombola do Piauí, diz estar na luta pela celeridade da regularização de terras quilombolas para a comunidade. "Entendemos que o título é a nossa porta de saída da obscuridade e de entrada para as políticas públicas que promovem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida".

Abordagem territorial

Com o objetivo de fortalecer as políticas de desenvolvimento territorial foram aprovadas 30 propostas no eixo abordagem territorial como estratégia de

desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida. Para o conselheiro do Condraf e representante do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), Amadeu Bonato, um dos grandes temas aprovados na discussão foi a transformação da política de desenvolvimento territorial em uma política de Estado.

Gestão e participação social

Já o eixo gestão e participação social, que definiu 15 propostas, focou no fortalecimento dos mecanismos de participação social na elaboração e acompanhamento das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para Luiz Cláudio Mandela, que está representado a Caritas/DF e é integrante do Condraf, fortalecer as redes de acompanhamento incentiva a participação dos agricultores.

"Fortalecer mecanismos de participação social é fundamental para entrelaçamentos das políticas públicas. Nosso grande desafio é articular os diversos níveis de acompanhamento para garantir que as políticas cheguem a quem mais precisa", avaliou Mandela.

A expectativa da caiçara Adriana Lima, 40 anos, é de poder contribuir com essa temática para propostas que permeiam o tema. "Um Brasil rural é desenvolvido a partir da união entre governo e sociedade. Acredito que é somente com esse viés que conseguiremos elaborar uma política para o campo", observou.

Incra/PI discute governança fundiária com consultor do Banco Mundial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013

O consultor do Banco Mundial, Robin Rajack, esteve na sede do Incra no Piauí, na capital Teresina, com o coordenador nacional de Cadastro Rural do Incra, Evandro Cardoso, técnicos da autarquia e representantes do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), para tratar sobre a política de governança fundiária no estado, assistência técnica aos pequenos e grandes agricultores, resolução de conflitos de terra, e melhoramento do sistema de informações cadastrais.

Rajack disse que o Banco tem interesse em dar uma maior atenção aos pequenos agricultores, assim como aos grandes também, em apoiar a solução dos conflitos e disputas de terra, e promover a integração dos cartórios com o sistema de informações. "Se não houver um melhoramento no sistema de informações, os principais objetivos da administração fundiária, assim como da parte social e ambiental, não serão atendidos", afirmou o consultor do Banco Mundial, Robin Rajack, durante reunião ocorrida no último dia 11.

Para o coordenador Evandro Cardoso o grande desafio está no diálogo com os órgãos e entidades que estão próximos aos agricultores. "Os assentamentos federais, por exemplo, tornam-se, muitas vezes, ilhas dentro dos municípios, pois estes não se acham competentes em relação aos assentamentos, no que cabe à educação, saúde e infraestrutura (estradas, água, energia)", explicou.

Evandro Cardoso destacou também que a questão fundiária é bastante complexa por ter várias ações desenvolvidas nessa área. "Existem ações diferenciadas de órgãos como o Incra e o Interpi, por isso devemos tomar cuidado de não criar um sobreamento de atividades, para que não haja desperdício de recursos", disse.

RS: Pães e bolachas para merenda escolar ampliam renda de famílias assentadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013

Aproveitar matéria-prima do lote ou dos vizinhos e agregar renda à produção da família. As mini-agroindústrias de panificação têm surgido como uma atividade capaz de cumprir este papel nos assentamentos da reforma agrária. É o caso de duas famílias do assentamento Bom Recreio, em Passo Fundo (RS), que produzem, em suas casas, pães, bolachas e bolos destinados à merenda escolar.

Lucilene Guth aproveita o trigo, cultivado em 4 hectares, o milho (1ha), o leite e a manteiga produzidos no próprio lote para os 50 kg de bolachas que prepara todos os finais de semana – e que são entregues às escolas do município através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “É uma renda a mais”, garante a agricultora, há onze anos no assentamento.

Já Lourdes Vaz conta com a ajuda da nora no trabalho na mini-agroindústria, em funcionamento há dois anos, e que passa por uma ampliação no momento. Além dos pães, bolachas e bolos já preparados, a ideia é também fazer massas caseiras. A produção fica em torno de 100 kg por semana, dependendo da demanda – além de feiras, a agricultora também comercializa através do PNAE, por meio de uma associação que reúne quatro agroindústrias da região e que participa das chamadas públicas.

Quando o trabalho é muito, chama os vizinhos para ajudar. Deles também vêm boa parte da matéria-prima – nos 13 hectares do lote de Lourdes, a principal produção é o leite. Mesmo tendo que comprar ingredientes, para ela, a panificação vale a pena. “Não precisa de muito espaço, e a renda é boa”, conclui.

Capacitação

Iniciativas como estas são estimuladas pelo escritório municipal da Emater, contratado pelo Incra para prestar assistência técnica ao assentamento. Nesta semana (14), as duas assentadas participaram de um curso sobre farináceos ministrado por pesquisadora da Embrapa Trigo, abordando aspectos gerais e boas práticas de produção. Lucilene gostou da experiência porque aprendeu mais sobre as diferentes farinhas e sua adequação para diversos produtos. Lourdes destaca o planejamento das compras necessárias à produção, incluindo equipamentos e utensílios, que vai entrar em sua rotina.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa